
CAMINHOS E PERCURSOS DA MUSEOLOGIA COMUNITÀRIA

Odalice M. Priosti – *ABREMC* / Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro – Rio, RJ)

Yára Mattos – *UFOP* / *DETUR* / Ecomuseu da Serra de Ouro Preto - *MG* / *ABREMC*

“Não só os timoneiros que dirigem os navios. O meio ambiente também pilota as embarcações, por meio das correntes marítimas, dos ventos, dos acidentes de percurso, das tempestades e assim por diante. Dessa forma os pilotos guiam, mas também são guiados. Não há velejador experiente que não saiba disso. Portanto, pode-se dizer que construímos o mundo e, ao mesmo tempo, somos construídos por ele. Como em todo esse processo entram sempre as outras pessoas e os demais seres vivos, tal construção é necessariamente compartilhada”.

Humberto Mariotti

IN: MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco. A Árvore do Conhecimento, As Bases Biológicas da Compreensão Humana. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.p.11.

RESUMO

São apresentadas, a partir da Carta de Belém, construída no âmbito do Seminário de Implantação do Ecomuseu da Amazônia, numa iniciativa da ABREMC e da Organização do referido evento , reflexões e análises sobre as propostas elaboradas. A idéia central desta participação é destacar os aspectos fundamentais das propostas contidas na Carta de Belém, pontuar os aspectos dialéticos e dialógicos das questões, com vistas à solução de problemas comuns aos ecomuseus, museus comunitários, museus territórios e processos similares nesse fórum aqui entendido como espaço de idéias, de diálogos, de discussão, de argumentação , onde a dialética combina a arte do diálogo ou da discussão e da argumentação com a dialógica das falas alternadas com o objetivo de manter o entendimento entre pensamentos diferenciados.

PALAVRAS-CHAVES

Diálogo, Participação, Respeito à diferença

APRESENTAÇÃO

O desafio do tema proposto pelo XII Atelier Internacional do MINOM “ Museus e Sociedade: agarrar a mudança . Que acção? Que pensamento comum?” em Lisboa e Setúbal (26-28 outubro 2007) nos empurra para ousada resposta brasileira

Nesse intervalo de indeterminação, quando a demanda das populações eclode em vários pontos do nosso país, onde muitas vezes não se vive ou viveu a experiência de museu (No Brasil, somente 21% dos municípios possuem museu), membros dinamizadores de processos museológicos trazem a sua contribuição fundada na dinâmica das novas museologias e /ou museologia comunitária experimentadas no Brasil, para a reflexão minomiana sobre “a mudança” no campo museal, seja na concepção de museu , seja nas temáticas, nos métodos adotados nos seus diferenciados percursos.

A partir da experiência pioneira no Brasil nesse sentido – o Ecomuseu de Itaipu, no Paraná, nos anos 80, uma nova configuração da instituição museu se apresenta, inaugurando uma preocupação com a questão ambiental. No seu rastro ou em trilhas diferentes, outras comunidades também criaram seus museus com objetivos e funções diversificados.

Algumas mostraram sua potência na ênfase da função social de novos museus que se traduziram em ecomuseus urbanos, museus comunitários, museus territórios e outras iniciativas, voltadas sempre para a questão do patrimônio, da participação dos cidadãos, do desenvolvimento local, da educação , da cidadania, entre outras. Muitos desses processos fizeram evoluir, na forja da experiência viva, conceitos de museu, patrimônio, coleção, exposição.

Antigos conceitos e preconceitos cederam a vez à idéia geral de que todas as populações são capazes de criar e gerir museus , desde que não lhe seja imposto um único padrão e que sejam respeitadas as suas especificidades e singularidades nas formas e modos de criá-los. Por outro lado, verificou-se também uma acirrada luta para que essas experiências fossem reconhecidas e para que a avaliação da qualidade de suas ações museológicas não fossem medidas por um único diapasão. O tema da diversidade tornou-se a palavra viva do direito à diferença também nas atividades museológicas.

Todas essas constatações trazem a marca indelével do vínculo à Mesa de Santiago do Chile , 1972, a partir da qual os museus se inscreveram numa nova história. Afinal, passados 35 anos, de fato “agarramos a mudança” ?

A ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, fundada em 2004, no III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, responde à questão apresentando movimentos / processos museológicos comunitários em diferentes realidades, confirmando a singularidade como um potente diferencial que assegura e consolida a diversidade museal.

AGARRAR A MUDANÇA EM SANTA CRUZ : PELA GESTÃO COMPARTILHADA DO MUSEU E POR UMA FORMAÇÃO EM MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA

I. De Santiago do Chile a Belém do Pará, Brasil : caminhos e percursos da museologia comunitária

Movida por muitas dificuldades encontradas no percurso de alguns museus , seja na própria dinâmica como museus diferenciados , seja no seu reconhecimento e aceitação , uma CARTA ABERTA dirigida aos membros da lista Interactions-online.com e aos atores de museus comunitários e ecomuseus, procurou traduzir as preocupações das pessoas envolvidas em processos museológicos comunitários. Buscava-se refletir e compartilhar sobre as mudanças em acontecimento no cerne das museologias contemporâneas e reportava-se à carta de Santiago do Chile(1972), marco teórico, documental e político que nutre ou deveria nutrir a Museologia, à qual especialmente as Américas devem a possibilidade de um museu diferente, ou seja, a possibilidade e a garantia mesmo da diversidade museal, escapando assim a uma tendência homogeneizante ou a um assujeitamento não desejado e redutor das potencialidades comunitárias.

Numa avaliação dos efeitos desse documento, constata-se que “ lamentavelmente , a Declaração de Santiago tem sido ignorada ou considerada "letra morta" por muitos e as vezes subutilizada por outros. Raras experiências mantêm -se fiéis ao seu eixo teórico-metodológico que, não sem louvores, se fundamenta nos princípios filosóficos de Paulo Freire e sua pedagogia libertadora”

Entretanto, o desejo de encontrar um espaço dialógico onde o entendimento seja a chave-mestra continua latente. Os museus buscam tornar-se educadores-libertadores como motores e promotores das forças vivas de uma comunidade, e por isso, agarrar a mudança, 35 anos depois da Mesa de Santiago, é também reconhecer museus criados por comunidades, valorizando principalmente sua singularidade e suas propostas.

Reconciliar, coabitar, conviver são verbos a serem conjugados e vividos pelas pessoas de boa vontade que trabalham com a memória e com o patrimônio, na busca de ajudar as populações a serem sujeitos, atores dos seus próprios museus.

Libertar a vida que pulsa no patrimônio exibido nas vitrines, nos santuários naturais, na memória dos nichos comunitários, através de ações que partam delas mesmas, pode ser uma porta aberta para a sociedade do futuro.

II. Novas demandas, novas iniciativas comunitárias: a afirmação das singularidades e a busca do diálogo

De norte a sul, de leste a oeste do Brasil chegam informações de gestação de iniciativas museológicas comunitárias que se filiam ao ideário das novas museologias, fazendo crescer a demanda de capacitação nessa área do conhecimento. Uma das mais recentes parte da educação, na cidade de Belém, no Pará, que, no ano de 2007, trouxe a Amazônia como palco, cenário e tema de reflexões

sobre a preservação não só da biodiversidade, voltando-se também para a sustentabilidade da cultura dos povos daquela região.

Do Nordeste do Brasil, a consolidação do Ecomuseu de Maranguape, no Ceará faz a semeadura para a brotação de novas experiências, demonstrando com clareza a fertilidade do campo das culturas populares para iniciativas nessa vertente. Na Região Central do país, o Ecomuseu do Cerrado se reestrutura para assumir uma nova forma de gestão que possa sustentar a saúde do bioma e das culturas vivas das populações e no sul, o Museu Treze de Maio, em Santa Maria, RS, se reorganiza para assumir com convicção seu novo perfil comunitário. Em Santa Cruz, Rio de Janeiro, uma faceta do Ecomuseu vai-se confirmando na sua trajetória, na **gestão compartilhada** das questões da comunidade e do museu como uma de suas ferramentas para o desenvolvimento, onde a **negociação** é a moeda de valor e troca entre os diferentes atores do processo.

Por fim, na última reunião do Conselho Gestor do SBM, em Brasília, em setembro de 2007, é anunciada como próximo investimento do DEMU/IPHAN a esperada implantação de um programa nacional de criação e apoio a Museus Comunitários. Toda essa movimentação em função da preservação e /ou revitalização do patrimônio natural e cultural ressoa para nós, participantes ou simpatizantes das museologias sociais, como uma resistência afirmativa das comunidades à globalização e à tendência a uma uniformização dos modos e estratégias da memória, entre as quais se destaca o museu.

O Ecomuseu da Amazônia, a partir da cidade de Belém, antecipa-se na reflexão dessas questões e com a ABREMC parte para a elaboração de uma carta compromisso. A CARTA DE BELÉM é a

assunção pelas comunidades, com seus ecomuseus, museus comunitários e similares, do direito de criar o museu à sua feição e neles participar como cidadãos responsáveis, tornando-o de fato um instrumento a sua disposição para o desenvolvimento local.

Com base na CARTA DE BELÉM e na defesa dos princípios e direitos que advoga, propõe-se **o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, a partir da escuta dos responsáveis e agentes dinamizadores dos ecomuseus, museus comunitários, museus território e iniciativas similares para o planejamento de ações integradas que respeitem o patrimônio natural e cultural e contribuam para a sua conservação.**

Para isso, tais políticas deverão contemplar os processos museológicos comunitários, apoiando o **mapeamento** dessas experiências, **o inventário participativo**, a criação de um **Conselho Gestor**, integrando os três tipos de atores (os eleitos e os técnicos; os representantes da cultura viva / lideranças locais, comunitários, organizações não governamentais, voluntários; as pessoas de fora que trazem sua experiência, expertise, reflexões), onde cada um deles têm um claro papel e um lugar garantido na organização e na **Gestão compartilhada**).

No Rio de Janeiro, em Santa Cruz, sob a liderança do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, também conhecido como Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, essa forma de gestão tem sido realizada em importantes projetos, entre os quais podemos citar o II Encontro Internacional de Ecomuseus, em 2000, o Desfile da Escola de Samba Mirim Unidos da Resistência Cultural (2001), o processo do Inventário Participativo (a partir de 2003), o III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, em 2004, o

enredo da Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz em, 2004 sobre a História Local, a edição ininterrupta do Jornal Quarteirão (15 anos), a realização anual da Semana de Santa Cruz, a Fundação da ABREMC, a realização de Oficinas destinadas a membros da comunidade(2005/2006), tais como Conservação Preventiva, Museologia Comunitária e Ações Pedagógicas ligadas aos temas Patrimônio e Comunidade (Projeto Pastas Pedagógicas), a Feira da Cultura Viva, e, mais recentemente, os 440 anos de Santa Cruz (2007). Neles, diferentes atores entre políticos, técnicos, lideranças locais, clubes e associações diversas, civis, militares e religiosas, comércio e indústria e principalmente os ligados à Educação (escolas, colégios, universidades), além dos *experts* e outros que não pertencem a essa comunidade, trazem sua contribuição e a ela se aliam, para que possa exercer o protagonismo da ação museológica.

A segunda proposta da Carta de Belém diz respeito ao incentivo à **participação das comunidades na formulação e implementação de políticas públicas de curto, médio e longo prazos, bem como nos processos produtivos sustentáveis e outros projetos de geração de trabalho e renda**, a exemplo do que já acontece com a cooperativa COOSTURART, onde mulheres moradoras de uma região estigmatizada pela violência e sem oportunidades de trabalho criaram uma micro – empresa e, apoiadas pelo setor privado da moda, inventaram uma forma de geração de rendas com a arte da costura e do bordado no mundo da moda. A COOSTURART é apenas um exemplo de organização bem-sucedida que, multiplicado e diversificado, poderá trazer soluções, favorecendo a criação de **processos produtivos sustentáveis e outros projetos de geração de trabalho e renda**.

Outra fórmula é a futura união de artesãos locais em cooperativas e sua integração no calendário de festas locais (feiras, festivais, mostras culturais entre outros). Para isso, é necessário que os atores eleitos e representantes dos governos valorizem sua atividade e as incluam em seus programas, assim como os **projetos de cunho educativo**, como o que acontece há três anos com o “ Projeto Santa Cruz Revisitada” (www.santacruzrj.com.br/revisitada), através de roteiros de reconhecimento do espaço vivido e apropriação patrimonial.

São exemplos de gestão compartilhada, ainda sem uma estrutura formal, que mostram resultados profícuos aos protagonistas e parceiros, sinalizando uma linha de fuga para as dificuldades comuns. Por outro lado, a exigência de formação de quadros para a continuidade do processo coloca a realização de **oficinas** destinadas a membros da comunidade, voluntários que desejam se capacitar para o trabalho museológico como uma estratégica solução, aproveitando cidadãos ativos ou aposentados, motivados para esse retorno à atividade, nas trilhas e veredas do museu.

Odalice Miranda Priosti

ABREMC / Membro do Comitê Gestor do SBM

Doutoranda em Memória Social/ PPGMS- UNIRIO

Responsável/ Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz – Rio de Janeiro

www.quarteirao.com.br

ECOMUSEU DA SERRA DE OURO PRETO: ARQUEOLOGIA DOS LUGARES E NÃO LUGARES DE UMA EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA

I.A História do lugar

O subsolo das áreas onde se localizam, atualmente, os bairros envolvidos com a implantação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto – morros da Queimada, São João, Santana, Piedade e São Sebastião – em outros tempos uma jazida arqueológica, é hoje testemunho do período da exploração do ouro nas minas gerais, como eram chamadas. Mas não só o subsolo. Em todos esses bairros estão também à mostra resquícios da ocupação urbanística de um dos mais prósperos arraiais mineradores do início do século XVIII – o Arraial do Ouro Podre ou Arraial do Pascoal – de propriedade do rico comerciante português Pascoal da Silva Guimarães, o qual, em 1708, já possuía grande contingente de escravos para trabalhar nas minas. O lugar foi tomando um impulso muito grande e, no auge da exploração do ouro, contava com aproximadamente três mil moradores.

Segundo a historiadora Elodia Honse Lebourg¹,

Nestes morros da Serra de Ouro Preto, as ruas abertas ao longo das encostas deixavam, de um lado, lotes de fortes aclives e, do outro, de

¹ LEBOURG, Elodia Honse. **Vila Rica, 1720: História, Sedição e Arquitetura**. Ouro Preto: FAOP, 2006. p.15. Monografia.

consideráveis declives. Os materiais mais utilizados nestas construções variavam bastante. As rochas empregadas eram os quartzitos em blocos ou em formações estratificadas que, como lajes, foram largamente empregadas em Vila Rica. As rochas talcosas e maciças geralmente utilizadas eram a pedra-sabão ou de panela. As madeiras aproveitadas eram a canela preta, a braúna, a candeia, a canela-de-ema, os coqueiros chamados de palmito, as taquaras e as samambaias arborescentes. Usava-se ainda canga, areia, cal e ferro.

Por volta de 1711, em Vila Rica de Albuquerque já se observava uma mudança no traçado urbanístico, com o início da construção de pontes, chafarizes, abertura de ruas, surgimento de um comércio e uma certa ordem administrativa.

É por essa época que o rei D. João V institui a cobrança dos “quintos” – imposto de 20% sobre o total do ouro extraído, criando tensões na relação entre os mineradores e a Coroa Portuguesa. As Casas de Fundição, instaladas a partir de 1719, aumentam ainda mais essa pressão, pois estava proibida a circulação do ouro em pó ou em pepitas. Esses deveriam ser fundidos e marcados com o selo real.

A situação tornou-se insustentável e, em 1720, eclodiu a revolta conhecida como “sedição de Vila Rica”, sufocada por D.

Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar. Vários revoltosos foram presos, entre eles o próprio Pascoal, deportado para Lisboa. Seu arraial foi totalmente queimado e a população se refugiou em outros locais da Vila.

Conta a lenda que a “cidadela do Ouro Podre” ardeu em chamas por toda a noite, para servir de exemplo a quem ousasse desrespeitar a Coroa. A partir de então, o lugar ficou conhecido como “Morro da Queimada”.

II.A Outra História: um lugar para morar

Com o declínio da produção aurífera o local ficou abandonado, em ruínas, por quase duzentos anos. Uma nova ocupação, porém, vem se verificando há pouco mais de um século, incentivada de início pela própria Câmara Municipal, conforme documento assinado por seu presidente, Diogo Luiz de Almeida Pereira, em 1892²:

(...) Considerando que essas mesmas superfícies isentas uma vez abandonadas revertiam livres de toda exceção ao patrimônio municipal; pelo que considerando como nos Morros de Sant-Anna, da Piedade e outros antigos arraiais

² ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO. Livro de Registro de Ofícios de portarias. No.950, livro 08, cx.20, fls 13v a 14. 1892-1893. Documentos de vereanças, cx.14, 1892. Citado por FERREIRA, Juliano, **Caminhos, Percursos, Histórias e Interpretações nos Museus de Ouro Preto**. Ouro Preto: Festival de Inverno, 2007. (Apostila.)

suburbanos grandes extensões acham-se vagas coberta apenas por ruínas; e bem assim como a Câmara tem necessidade de terrenos para afora a todos quantos desejam repovoar esses bairros no interesse de favorecer o grande desenvolvimento que a cidade está tomando.

Paulatinamente, desde o final da década de 1940, começa a surgir novo povoamento, desordenado, nos antigos territórios mineradores de Pascoal. Impulsionado até então pela ausência de políticas públicas preservacionistas, por políticos inescrupulosos, pelo aumento da população e sua conseqüente necessidade de moradia, vai se adensando, circundando o perímetro urbano tombado da cidade de Ouro Preto. Para se ter uma idéia, o censo do ano 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, registra um total de aproximadamente 4.132 habitantes na região.

Em 2002, cerca de 68,2% dos 250 mil hectares que compreendem o Morro da Queimada estavam ocupados por pessoas provenientes de áreas rurais vizinhas à região, o que contribuiu, mais uma vez, para sua acelerada descaracterização.³

³ Ver FONSECA, Marco Antônio, Ocupação Desordenada Ameaça Patrimônio Mineiro de Ouro Preto, citado na monografia de OSTANELLO, Mariana Cristina Pereira, **Parque Arqueológico, Ecomuseu e Turismo – Contribuições para a preservação do Patrimônio e Desenvolvimento Social no Antigo Arraial do Ouro Podre**. Ouro Preto: UFOP/DETUR, 2007. p. 22. O texto de M.A.Fonseca

Milton Santos⁴ refere-se a “lugar” como um modo de tratamento do “mundo vivido” que implica compreender esse “lugar” por meio de relações, objetivas e subjetivas, que com ele se estabelecem. Quais seriam então as relações objetivas e subjetivas estabelecidas por esse novo contingente populacional com os “lugares de memória” do Ciclo do Ouro na cidade de Ouro Preto, Patrimônio Cultural da Humanidade? Quais são seus valores de referência, suas raízes identitárias, seus laços afetivos? Seu sentido de pertencimento relaciona-se a que tempo? Ao passado, ao presente, ou aos dois, concomitantemente?

Retornando a Santos⁵: “Tempo e espaço conhecem um movimento que é, ao mesmo tempo, contínuo, descontínuo e irreversível. Tomado isoladamente, tempo é sucessão, enquanto o espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos”. Nesse sentido, o tempo presente relaciona-se à evolução das coisas, enquanto que a paisagem formada pelas escritas anteriores dos lugares relaciona-se à acumulação de tempos passados, inertes. É o tempo social vivo que irá desfazer e renovar continuamente essa relação.

encontra-se disponível em

http://www.radiobras.gov.br/ct/2002/materia_010302_5.htm. Acesso em 18 jul 2007.

⁴ SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997. Citado por: SÁ, Graziela Lopes de. **Museu da Inconfidência: Uma Análise do Seu Papel Social e Sua Utilização como Equipamento de Lazer**. Ouro Preto: UFOP, 2007. p. 59. Monografia.

⁵ _____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: USP, 2005. p. 63.

III. Os lugares de Relação: Parque Arqueológico do Morro da Queimada e Ecomuseu da Serra de Ouro Preto

“Os objetos, naturais ou artificiais, são híbridos (...) já que não têm existência real, valorativa, sem as ações. Assim, cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional.”⁶

A necessidade de criação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada surgiu sob a perspectiva de proteção de um patrimônio que foi sendo aos poucos dilapidado, tanto pelo poder público local, quanto por parte da população que veio ocupando novamente, ao longo do tempo, a região.

Dentre os objetivos⁷ para sua criação, podemos destacar: ampliação das pesquisas históricas por meio de programas de escavações arqueológicas, possibilitando um conhecimento mais amplo sobre a cultura material, a história da paisagem, das técnicas e dos objetos usados na mineração. Proteção e ordenamento das ruínas das primeiras edificações construídas com pedra e argamassa, dos detalhes em cantaria e dos conjuntos de ruínas de

⁶ SANTOS, Milton. Op.cit. p.159.

⁷ MINISTÉRIO DA CULTURA. Mecenato. Formulário para apresentação de Projetos. **Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto, MG.** Ouro Preto, set. 2005.

currais e pátios constituídos de muros de pedra em junta seca. Revisão da historiografia mineira e crítica da história positivista; estudo da memória de Felipe dos Santos e da sedição de Vila Rica (1720) à luz da história da cultura material da região. Criação de uma opção diferenciada de turismo fora do circuito tradicional. Proteção de parte significativa da moldura paisagística do conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto tombado pelo IPHAN. Melhoria da qualidade de vida e inclusão social das comunidades vizinhas. Desenvolvimento da consciência dos moradores e transformação da auto-imagem. Geração indireta de emprego e renda, bem como da sustentabilidade econômica do empreendimento.

A implementação de uma experiência ecomuseológica na região surgiu durante uma audiência pública, em que foram colocados em discussão temas referentes à preservação da área de proteção ambiental/APA da Cachoeira das Andorinhas e do parque arqueológico acima referido. Após um período de sensibilização das lideranças locais, contatos e intercâmbio com experiências exitosas – Ecomuseu do Quarteirão, em Santa Cruz, Rio de Janeiro e Ecomuseu do Cerrado, Goiás – foram iniciadas as primeiras ações, que se constituíram em oficinas de arte, palestras, reuniões e debates, com o objetivo de sensibilizar determinados segmentos comunitários, como professores, estudantes, membros das associações de bairro, donas de casa, trabalhadores de ofício (carpinteiros, pedreiros, marceneiros) e lideranças culturais. O que se percebe é que, pouco a pouco, o movimento começa a se ampliar, integrando-se cada vez mais às finalidades e objetivos desse empreendimento que irá se constituir, na realidade, em um

complexo museológico constituído pelo *espaço-testemunho* advindo das escavações e contenção das ruínas remanescentes do antigo arraial; pela experiência contemporânea comunitária (*espaço cultural vivido*), **procurando cumprir o que foi proposto na Carta de Belém,⁸ através de princípios democráticos que possibilitem o exercício da cidadania e o desenvolvimento da consciência crítica;** e pelo *lugar-ambiente*, potencializando uma rede de relações “sustentáveis” entre homem, natureza, cultura e sobrevivência. Nessa perspectiva, busca-se a superação das tensões sociais explicitadas no documento *Perspectivas Educativas da UNESCO Para o Século XXI* – entre o global e o local, o universal e o singular, o material e o espiritual, a tradição e a modernidade, as coisas de longo e curto prazo, o desenvolvimento tecnológico e sua capacidade de assimilação e acesso pelo homem.

Através de diferentes frentes de atuação, como as ações do Inventário Participativo – por exemplo, o projeto de entrevistas “Memória de Vida”, e as ações de desenvolvimento social com ênfase nas atividades direcionadas à juventude – oficinas de arte e comunicação, procura-se o diálogo entre a dinâmica da territorialidade do acontecer histórico, sua criação e recriação. Assim, “o espaço torna-se lugar quando adquire valor de referência passando a significar identidade, exprimir laços afetivos e sentimento de pertencimento aos moradores”⁹.

⁸ SEMINÁRIO DE IMPLANTAÇÃO DO ECOMUSEU DA AMAZÔNIA, 8-10 jun., 2007, Belém do Pará. Carta Compromisso. Assinada pelos participantes.

⁹ SÁ, Graziela Lopes de. **Museu da Inconfidência: Uma Análise do Papel Social e Sua Utilização Como Equipamento De Lazer**. Ouro Preto: UFOP/DETUR, 2007. p.58. Monografia.

O Empreendimento tem a coordenação geral do IPHAN/E.T.OP/ Ministério da Cultura e parcerias com a Universidade Federal de Ouro Preto e a Prefeitura Municipal, através das Secretarias de Patrimônio, Cultura e Turismo, Educação e Ação Social. Possui cotas de financiamento da Petrobrás Cultural, Caixa Econômica Federal e Novellis Fábrica de Alumínio/OP. Está inscrito na Pró-Reitoria de Extensão da UFOP e nele trabalham uma equipe de alunos extensionistas do Departamento de Turismo, e uma equipe comunitária, constituída por lideranças culturais dos bairros que compõem o *espaço vivido*.

Yára Mattos, Museóloga
Prof^a Dr^a DETUR/UFOP/Brasil
Membro da ABREMC/Brasil

CONCLUSÃO: O PAPEL DA ABREMC COMO REDE DE TROCAS

A necessidade de articulação com atores e instituições e não apenas as que desenvolvem ações museológicas filiadas às novas museologias tornou-se uma demanda nos ecomuseus, museus comunitários, museus territórios e similares. Uma mobilização nacional, envolvendo gestores, coordenadores, dinamizadores de processos museológicos nessa vertente e *experts* da Museologia Brasileira conquistou, após uma contribuição solicitada pelo SBM, a inclusão de uma representação desses museus no Conselho Gestor do Sistema Brasileiro de Museus(SBM), criado pelo Decreto no. 5264, de 05 de novembro de 2004. que institui o SBM. Entre as vagas que o compõem consta, no artigo 5º. Parágrafo 1º.:, “ **XI um (representante) de entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários** .

Dessa demanda e conseqüente conquista, surge a ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, fundada no âmbito do III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, no Rio de Janeiro(Santa Cruz) em 15 de setembro de 2004.

A ABREMC nasce justamente para preencher a representação nacional dos ecomuseus e museus comunitários e similares e, após discussão em espaço virtual pela Internet, elaborou o seu Estatuto que foi homologado, na Assembléia Geral Ordinária de 31 de maio de 2006, no Rio de Janeiro, elegendo-se nesse evento a 1ª. Diretoria da organização. Em fase de finalização do processo burocrático de registro da ABREMC, sua existência de fato se consolida com a

participação no Conselho Gestor do SBM e nos Fóruns Nacionais de Museus realizados em Salvador(2004) e Ouro Preto (2006) pelo SBM, Departamento de Museus / IPHAN e ABM – Associação Brasileira de Museus, além de congressos nacionais e internacionais de Educação, Museologia, Memória , História , Sociologia, Ecologia Social, História Oral, entre outros.

Essa articulação entre atores e instituições tornou-se uma rede de conexões que aproxima os envolvidos e possibilita as trocas tão valorizadas na abordagem das novas museologias. A mais recente atualização dessa rede se confirmou na elaboração da CARTA DE BELÉM**, que tem como proposta final justamente o papel que a ABREMC vem desempenhando desde a sua fundação há três anos :

“ Garantir a articulação com atores e instituições para o cumprimento das propostas acordadas neste documento.”

Cumpre-se assim o artigo 1º. do seu Estatuto, que reproduzimos a seguir, consolidando o desejo de diálogo e o exercício da cidadania na busca de um discurso aberto e culturalmente híbrido, enraizado nas necessidades contemporâneas das comunidades.

Artigo 1º MISSÃO

A ABREMC tem por missão fomentar a criação, fortalecimento, desenvolvimento, apoio e divulgação dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares ou nesse espírito, trabalhando em prol do desenvolvimento social, comunitário e sustentável, da cultura e educação em todas as suas formas, e da apropriação e valorização do patrimônio como recurso de desenvolvimento.

NOTAS

1. Participaram das discussões virtuais preliminares para a elaboração da CARTA DE BELÉM :

- Antônio Marcos de O. Passos - ABREMC / Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão-BA

- Maria Emília Medeiros de Souza - ABREMC / Ecomuseu de Itaipu- PR

- Maria Terezinha R. Martins - ABREMC / Ecomuseu do Cerrado – GO

- Maria Terezinha R.Martins – ABREMC / Ecomuseu da Amazônia- PA

- Odalice Priosti - ABREMC - Ecomuseu de Santa Cruz- RJ

- Yára Mattos - ABREMC - Ecomuseu da Serra de Ouro Preto- MG

- Patrícia Berg Trindade de Oliveira - ABREMC / -Museu Comunitário dos Trabalhadores da

Limpeza Urbana de Porto Alegre –RS e UIMCA – União Internacional de Museus

Comunitários das Américas

2. Com as contribuições de representantes da ABREMC, construiu-se o documento –base “ Subsídios para a elaboração da CARTA DE BELÉM” , ao qual foram integradas as dos participantes da Oficina de Elaboração do documento final, discutido e aprovado na Plenária de encerramento do Seminário de Implantação do Ecomuseu da Amazônia., em 10 de junho de 2007.

Patrimonio-Gobierno-Complejidad:

governar el patrimonio en la complejidad.